



CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES

latindex  IDEAS EconPapers DOAJ  Dialnet

GESTÃO PÚBLICA DE ENERGIA ELÉTRICA E DESIGUALDADE SOCIAL: UM ESTUDO TEÓRICO SOBRE SUAS CONEXÕES

Fabricio Quadros Borges

ORCID: [0000-0002-1326-959X](https://orcid.org/0000-0002-1326-959X)

Professor da Universidade da Amazônia - UNAMA, Brasil.

posdoctorborges@gmail.com.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Fabricio Quadros Borges: "Gestão pública de energia elétrica e desigualdade social: um estudo teórico sobre suas conexões", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (Vol 1, Nº 5 mayo 2021, pp. 67-76). En línea:

<https://www.eumed.net/es/revistas/contribuciones-ciencias-sociales/mayo-2021/energia-eletrica>

Resumo: O objetivo deste estudo é analisar no campo teórico as potencialidades e limitações das conexões entre a gestão pública de energia elétrica e as desigualdades sociais. Esta temática tem despertado inúmeros debates que são relevantes ao exame da capacidade dos gestores públicos no setor elétrico obterem resultados nos usos dos recursos públicos em favor da redução das desigualdades sociais. A metodologia empregada nesta investigação constitui-se como uma revisão teórica integrativa, alicerçada em um levantamento bibliográfico e documental. O estudo concluiu que as desigualdades sociais são predominantemente decorrentes do sistema político, que por meio de setores como o elétrico, não procura promover a igualdade social através deste estratégico vetor de desenvolvimento, a energia elétrica.

Palavras-chave: Setor elétrico, Estratégias, Justiça social.

GESTIÓN PÚBLICA DE LA ENERGÍA ELÉCTRICA Y DESIGUALDADE SOCIAL: UN ESTUDIO TEÓRICO SOBRE SUS CONEXIONES

Resumen: El objetivo de este estudio es analizar en el campo teórico las potencialidades y limitaciones de las conexiones entre la gestión pública de la energía eléctrica y las desigualdades sociales. Este tema ha suscitado numerosos debates relevantes para examinar la capacidad de los gestores públicos del sector eléctrico para obtener resultados en el uso de los recursos públicos a favor de la reducción de las desigualdades sociales. La metodología utilizada en esta investigación es una revisión teórica integradora, basada en un relevamiento bibliográfico y documental. El estudio concluyó que las desigualdades sociales se deben predominantemente al sistema político, el cual, a

través de sectores como la electricidad, no busca promover la igualdad social a través de este vector estratégico de desarrollo, la energía eléctrica.

Palabras clave: Sector eléctrico, Estrategias, Justicia social.

PUBLIC MANAGEMENT OF ELECTRICAL ENERGY AND SOCIAL INEQUALITY: A THEORETICAL STUDY OF THEIR CONNECTIONS

Abstract: The objective of this study is to analyze in the theoretical field the potential and limitations of the connections between the public management of electric energy and social inequalities. This issue has sparked numerous debates that are relevant to examining the ability of public managers in the electricity sector to obtain results in the use of public resources in favor of reducing social inequalities. The methodology used in this investigation is an integrative theoretical review, based on a bibliographic and documentary survey. The study concluded that social inequalities are predominantly due to the political system, which, through sectors such as electricity, does not seek to promote social equality through this strategic development vector, electric energy.

Keywords: Electric sector, Strategies, Social justice.

1. INTRODUÇÃO

O ambiente da gestão pública de eletricidade e os meandros da desigualdade social sempre despertaram grande interesse das sociedades. O mundo moderno consome a cada dia mais energia elétrica (Saidi; Rahman & Amamri, 2017) e este insumo sempre representou um vetor estratégico na promoção do desenvolvimento de regiões e países (Seixas & Bermann, 2019). A gestão pública de energia elétrica envolve aspectos vinculados ao território e às demandas da sociedade, de maneira a englobar ainda relações de tomada de decisão entre o poder político, o poder econômico e o poder social (Pereira, 2018). E nesta lógica de reflexão que se procura oportunizar uma análise entre o papel deste insumo estratégico para a sociedade e um problema complexo e sempre presente no debate internacional, a desigualdade social.

O acesso à energia elétrica está conectado diretamente ao processo de desenvolvimento vivido por uma nação, daí decorrendo as suas políticas públicas; a distribuição de eletricidade é uma das atividades mais relevantes para a vida moderna, consistindo tanto em causa como consequência do desenvolvimento das sociedades (Leal & Alva, 2018). A garantia de direitos sociais relacionados à educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, seguridade social dentre outros, como base para a materialização de uma vida digna está intrinsecamente relacionada ao acesso a outros bens e serviços públicos (Cavalcante, 2015). Dentre esses serviços públicos criados pelo Estado em cumprimento ao seu papel, inclui-se como indispensável ao homem hoje o acesso à energia elétrica considerada insumo para o atendimento de necessidades fundamentais do indivíduo (Cavalcante, 2015).

No entanto, além das condições básicas de acesso, a energia elétrica se constitui como um elemento estratégico na promoção da igualdade entre as pessoas. A geração de postos de trabalho, o intermédio a serviços básicos como saúde, educação e telecomunicações, além da possibilidade de investimentos, entre outras vantagens em favor da igualdade social. A eletricidade compreende um serviço público prestado, na maioria dos países do mundo, por meio de concessão, e muitas pessoas ainda não possuem acesso a este insumo; o que para muitos é algo simples, ainda é uma realidade distante para vários cidadãos brasileiros, principalmente nas periferias, cidades do interior e zona rural (Leal & Alva, 2018).

Nesta perspectiva, esta investigação possui o objetivo de analisar, no campo teórico, as potencialidades e limitações das conexões entre a gestão pública de energia elétrica e as desigualdades sociais. Esta temática tem acalorado discussões em várias partes do mundo e que possuem o papel de refletir sobre a missão e a capacidade dos gestores públicos no setor elétrico obterem resultados nos usos dos recursos públicos em favor da redução da desigualdade social. Este artigo, além de sua introdução, está dividido em quatro partes a saber: referencial teórico: gestão pública de energia elétrica e desigualdade social; metodologia; análise das conexões entre gestão pública de eletricidade e desigualdades sociais; e conclusão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção aborda a fundação teórica deste estudo e está apoiada em duas categorias que apresentam conexões importantes e relevam meandros de análise capazes de orientar reflexões e auxiliar na tomada de decisão no setor público. São elas: gestão pública de energia elétrica e desigualdade social.

2.1 Gestão pública de energia elétrica

Os meandros do debate a respeito da gestão pública têm despertado inúmeras discussões que são relevantes ao exame da capacidade dos gestores públicos obterem resultados nos usos dos recursos públicos aplicados; dentre elas, a influência de ideologias de grupos que interferem com mais poder de decisão, por meio de correlações de forças junto a inúmeras ramificações, como a energia elétrica (Dagnino, Cavalcanti & Costa, 2016).

O ambiente da gestão pública de energia elétrica é desenvolvido através de políticas públicas no setor elétrico, que geralmente pretendem demonstrar que os investimentos objetivam o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida da população. Neste processo, verificam-se aspectos estratégicos desde a opções das fontes de produção de energia elétrica até os reflexos do uso deste insumo junto aos diferentes setores da economia de uma nação (Borges 2012; Cornescu & Adam, 2014).

O setor elétrico constitui-se em uma organização social formada de relações sistêmicas que envolvem o processo de transformação da energia primária até a utilização final por tipo de consumidor. Estas relações são estabelecidas entre os componentes do setor elétrico, tais como:

geração, transmissão e distribuição. A geração de energia elétrica compreende todo o processo de transformação de uma fonte primária de energia em eletricidade e representa uma parte bastante significativa dos impactos ambientais, socioeconômicos e culturais dos sistemas de energia elétrica (Reis, Fadigas & Carvalho, 2012). A eletricidade produzida nas centrais de geração percorre normalmente um longo caminho até o seu local de uso. Este percurso envolve os sistemas de transmissão, que interligam a geração aos centros de carga (nos casos onde a distribuição não se conecta diretamente à transmissão utilizam-se os sistemas de subtransmissão). A distribuição, por fim, compreende a rede que interliga a transmissão (ou a subtransmissão) aos pontos de consumo final (Borges, 2007).

A energia elétrica compreende o produto de um processo adequado de uso de propriedades físico-químicas e eletromagnéticas da matéria para propiciar o funcionamento de equipamentos fornecedores de usos finais pela sociedade (Reis; Fadigas & Carvalho, 2012). Assim, ainda como ressaltam os autores, a energia elétrica constitui-se como uma energia secundária que pode ser adquirida através de fontes energéticas primárias transformadas a partir de conversores. As conversões de energia primária em elétrica mais utilizadas atualmente são de: energia térmica, que é aquela encontrada nos combustíveis fósseis e na biomassa através das usinas termelétricas; energia atômica de minerais radioativos a partir de usinas nucleares; e potencial hídrico através das usinas hidrelétricas (Camargo; Ugaya & Agudelo, 2004).

2.2 Desigualdade social

Na sociedade contemporânea é possível observar claramente que as pessoas são diferentes e estas diferenças se baseiam nos seguintes aspectos: coisas materiais, raça, sexo, cultura e outros, e nesta lógica, os aspectos mais elementares para se constatar que as pessoas são diferentes são os elementos: físicos ou sociais (Tomazi, 1993). Este panorama pode ser verificado amplamente, já que em cada sociedade existem essas desigualdades, elas assumem feições diferentes porque são constituídas de um conjunto de elementos econômicos, políticos e culturais próprios de cada uma delas (Tomazi, 1993).

A desigualdade social refere-se a processos relacionais na sociedade que possuem a capacidade de limitação ou prejuízo do *status* de um determinado grupo, classe ou círculo social (Cohen; Kluegel & Kenneth, 1981). As áreas de desigualdade social incluem o acesso aos direitos de voto, a liberdade de expressão e de reunião, a extensão dos direitos de propriedade e de acesso à educação, saúde, moradia de qualidade, viajar, transporte, férias e demais bens e serviços sociais. Além disso, a desigualdade pode ser verificada na qualidade da vida, ocupação, satisfação no trabalho e acesso ao crédito; assim, se estas divisões econômicas endurecem, elas podem favorecer a desigualdade social (Cohen; Kluegel & Kenneth, 1981).

A definição de desigualdade social está vinculada a um fenômeno em onde se verifica a diferenciação entre indivíduos no contexto de uma determinada sociedade, de maneira a posicionar algumas pessoas em condições estruturalmente mais vantajosas do que outras; de maneira a se manifestar em vários aspectos: cultura, cotidiano, política, espaço geográfico e vários outros, mas é

no âmbito econômico a sua face mais conhecida, em que boa parte da população não dispõe de renda o bastante para usufruir de mínimas condições de vida (Pena, 2021).

Em cômputo geral, a desigualdade social possui sua origem na distribuição desigual de poder, que apresenta disparidades históricas sempre atualizadas, ou seja, não se vincula à moral nem é da ordem do estranhamento do diferente (Sawaia & Figueiredo, 2019). Esta categoria teórica está arraigada na obtenção do lucro e do poder determinada por um projeto de sociedade hierarquizante, que prioriza a saúde do capital em detrimento da saúde de seu povo; isso equivale a dizer que a desigualdade deprime, impõe sofrimento ético-político, limita o futuro e impede a abertura de horizontes, o acesso à educação e à saúde, fomenta injustiças, fortalece o individual e a trivialização dos males ocasionados às pessoas e à natureza (Sawaia & Figueiredo, 2019).

Em suma, apesar de tratar-se de um conceito complexo, multivariado e inacabado, é razoável afirmar que a desigualdade social é a diferença estrutural na qual observa-se que indivíduos se encontram em condições mais vantajosas do que outros, e nesta lógica, representa um processo observado no interior das relações da sociedade, identificado em todo o planeta. Este panorama é construído a partir de uma distribuição desigual de renda, de educação, de saúde, cultura, postos de trabalho, transporte e energia elétrica. A energia elétrica, por seu turno, em sua dimensão social, é constituída por relações estreitas de apoio e solidariedade (por exemplo, amizade, afinidade, família, clã, vizinhança, comunidade, movimento social) e relata até que ponto um leque de valores, normas e formas de vida contribuem para a saúde de todos e são respeitados (Sekt, 2007).

No momento em que uma determinada sociedade possui sua estrutura disposta de modo desigual, determinadas pessoas e grupos sociais se encontram em condições estruturalmente mais favoráveis do que outras, o que é potencializado com o tempo pela má distribuição de renda. No âmbito do setor de energia elétrica, a promoção da desigualdade se revela, entre outros aspectos, pela ação de empresas deste setor. Inúmeras lideranças, envolvidas na mobilização e na formação da Comissão dos Atingidos pela Barragem brasileira de Murta, afirmaram ter desistido de sua atuação em virtude de receio de que as ameaças e pressões que lhes são impostas, de forma velada ou explícita pela empresa, redundem em ações que englobem a utilização da violência física (Zhourri & Oliveira, 2007).

3. METODOLOGIA

A metodologia empregada nesta investigação constitui-se como uma revisão teórica, alicerçada em um levantamento bibliográfico e documental desenvolvido entre 20 de março e 14 de junho de 2020. As categorias principais que forneceram diretrizes a este levantamento foram gestão pública de energia elétrica, desigualdade social e as conexões entre estas duas categorias.

O estudo optou pela revisão denominada integrativa, que possibilita a combinação de dados da literatura empírica e teórica que podem ser direcionados à definição de categorias, identificação de fragilidades nas áreas de estudos, revisão de bases teóricas e análises sobre um determinado tema (Souza; Silva & Carvalho, 2010).

Os procedimentos metodológicos foram divididos em três etapas a saber: coleta de dados, tratamento de dados e análise de dados. Na coleta de dados utilizaram-se variadas fontes que tratassem sobre a temática deste estudo: livros, revistas científicas e sites especializados. No tratamento de dados, realizou-se uma organização por meio de colunas onde foram descritas propriedades conceituais das categorias gestão pública de energia elétrica e desigualdades sociais. Na terceira e última etapa, foram examinadas as propriedades conceituais na intenção de identificar conexões entre os meandros destas categorias, na intenção de verificar as potencialidades e limitações de se utilizar a energia elétrica como vetor de redução das desigualdades sociais em regiões e países.

4. ANÁLISE DAS CONEXÕES ENTRE GESTÃO PÚBLICA DE ELETRICIDADE E DESIGUALDADES SOCIAIS

A compreensão mais apurada das conexões entre a gestão pública de eletricidade, por meio do setor elétrico, e as desigualdades sociais representa a possibilidade de contribuição a uma temática importante para qualquer nação, na medida em que o insumo elétrico compreende um vetor estratégico de desenvolvimento de regiões e países. Sabe-se que a energia elétrica não representa o único vetor de geração de desenvolvimento socioeconômico e que cada país ou região possui peculiaridades distintas na estrutura de suas economias. Entretanto, o avanço no entendimento dos meandros que envolvem as conexões entre a gestão pública de eletricidade e as desigualdades sociais representa contribuição ao processo de tomada de decisão no âmbito público.

O papel do setor elétrico diante das desigualdades sociais se concretiza na medida em que promove alterações fundamentais na estrutura da economia do estado melhorando o padrão de vida da população. Estas alterações se desenvolvem no momento em que se identifica quais setores da economia e em que proporções, considerando as especificidades locais, devem receber investimentos em energia elétrica e de que maneira haverá maior justiça social para as populações envolvidas. A identificação de mecanismos de articulação, promotores desta justiça social deve ser o primeiro passo neste processo.

De um modo geral, a dinâmica do setor de energia elétrica dos países atrela-se ao aumento do consumo, da produção e dos investimentos, que por sua vez, não detêm apenas um papel de criar demanda, mas também o de criar nova capacidade produtiva. Assim, quando o investimento é efetuado, a capacidade produtiva se expande. A expansão da capacidade produtiva, por seu turno, permite a expansão do produto. O crescimento do produto induz à expansão da demanda, o que se traduz em melhoria das condições de vida da população, ou seja, em desenvolvimento socioeconômico.

O setor elétrico de um país possui, nesta lógica de entendimento, a partir de políticas públicas desenvolvidas pelos governos, o objetivo de direcionar investimentos, com base nos recursos energéticos, econômicos e tecnológicos disponíveis, para a utilização eficiente das diferentes fontes de energia, procurando atender as demandas do país em todos os seus setores. Esta lógica está alinhada às considerações de Reis, Fadigas e Carvalho (2012), quando destacam

que o setor elétrico se constitui em uma organização social formada de relações sistêmicas estabelecidas entre os componentes do setor elétrico, tais como: *geração, transmissão e distribuição*. E, cada uma destas etapas existem possibilidades de construção de mecanismos de enfrentamento da desigualdade social.

Além dos componentes do setor elétrico, existem os setores de atividade econômica, onde cada setor é detentor de especificidades não apenas de demanda de energia, mas de valor agregado e intensidade energética que também podem fornecer parâmetros para a formulação de políticas contra a desigualdade social. A participação e a evolução dos setores na economia de um país podem, portanto, interferir no seu nível de desigualdade social, isto é, existem setores intensivos em eletricidade e capital e pouco intensivos em mão-de-obra; e vice-versa; neste sentido, o conhecimento destas especificidades pode auxiliar na construção de mecanismos estruturalmente redutores de desigualdades sociais.

Em suma, a investigação inferiu que as desigualdades sociais são provenientes dos sistemas políticos dos países, que por meio de setores como o elétrico, não procuram favorecer uma condição de igualdade social através deste estratégico vetor de melhoria de qualidade de vida, a energia elétrica. Esta constatação colabora com as afirmações de Sawaia e Figueiredo (2019), quando afirma que desigualdade social está arraigada na obtenção do lucro e do poder determinada por um projeto de sociedade hierarquizante, que prioriza a saúde do capital em detrimento da saúde de sua população.

Observa-se que o setor elétrico de vários países, principalmente aqueles em desenvolvimento, implantam políticas imediatistas, que favorecem a produção interna a curto prazo, desprezando a possibilidade de implantação de planos estratégicos capazes de reduzir a desigualdade social. Esta lógica de desenvolvimento ainda registra a ação de empresas do setor elétrico de alguns países, que durante os processos de licenciamento tem promovido a manutenção e o aumento da desigualdade social.

Conforme as palavras de Zhouiri & Oliveira (2007), várias lideranças, vinculadas na mobilização e na constituição da Comissão dos Atingidos pela Barragem de Murta, no Brasil, declaram ter desistido de sua atuação em decorrência de receio de que as ameaças e pressões que lhes são impostas, de forma velada ou explícita pela empresa, ocasionem reações que englobem a utilização da violência física.

A energia elétrica é uma mercadoria de natureza social, mas que inúmeras vezes assiste ao seu desserviço quando desapropria milhares centenas de famílias para a construção de grandes reservatórios. Estas pessoas são obrigadas a deixar sua história e os seus valores por indenizações mínimas ou até inexistentes, de maneira a experimentar uma desigualdade social ainda maior do que aquela que elas já detêm. Em muitos países, como é o caso do Brasil, as possibilidades de contar com promissoras cadeias produtivas de energia alternativa, se veem esmagadas pelos lobistas para a construção de novos, gigantescos e impactantes projetos hidrelétricos, que nada colaboram para a redução da desigualdade social no país.

Em alguns países verificam-se comunidades que não possuem energia elétrica em suas casas, localizadas a alguns metros de extensas linhas de transmissão de eletricidade, por não serem

de atendimento viável para as distribuidoras. Definitivamente, existem problemas de compreensão e de disposição política em perceber as conexões existentes entre a gestão pública de energia elétrica e a desigualdade social.

A tese defendida neste estudo é a de que a energia elétrica é gerada em muitos países em função de elites e do interesse nacional representado por regiões mais desenvolvidas economicamente. A melhoria do perfil socioeconômico dos estados, verificado nos anos de 2010, representa apenas uma pequena fatia das possibilidades que poderiam ter sido desenhadas junto ao quadro de desigualdade social. Esta dinâmica, através de um processo dialético, faz com que o favorecimento dessas elites, na figura de grandes grupos econômicos implique, necessária e contraditoriamente, no fortalecimento dos vários grupos atingidos pelos impactos dessa geração através de um amplo processo de desigualdade social.

A desigualdade energética na realidade do dia a dia revela uma distribuição desigual deste insumo. Esta desigualdade encontra aspectos: políticos, observados nas bases formais e estrutura legislativa; econômicos, verificados pelo acesso as bases materiais que podem proporcionar melhoria de qualidade de vida; e social, representada pelas limitadas conexões de apoio solidário. Em relação a este último aspecto, acrescenta-se as palavras de Sekn (2007), quando destaca que o aspecto social relata até que ponto um leque de valores, normas e formas de vida contribuem para a saúde de todos e são aceitos e respeitados. Nesta perspectiva, a desigualdade energética compõe uma estrutura que separa os indivíduos em diferentes graus, isto pé, os iguais e os desiguais.

5. CONCLUSÃO

O propósito desta investigação foi o de examinar no campo teórico as potencialidades e limitações das conexões entre a gestão pública de energia elétrica e as desigualdades sociais. Esta questão é foco de várias discussões pertinentes à capacidade dos gestores do setor público de conquistarem resultados nos usos dos recursos públicos em favor da redução das desigualdades sociais. As desigualdades sociais, enquanto diferença estrutural, compreende um processo observado no interior das relações da sociedade e que se constitui como um severo percalço ao desenvolvimento da sociedade.

Nesta perspectiva, o estudo concluiu que as desigualdades sociais são predominantemente decorrentes do sistema político-econômico, que por meio de setores como o elétrico, não procura promover a igualdade social através deste estratégico vetor de desenvolvimento, a energia elétrica. O setor elétrico de vários países, notadamente os países em desenvolvimento, promovem políticas imediatistas, que objetivam a produção interna bruta a curto prazo, sem considerar efetivamente a possibilidade de implantação de planos estratégicos capazes de reduzir as desigualdades sociais por meio das inúmeras potencialidades do insumo energético, como investimentos em cadeias produtivas de energias alternativas ou ampliar a acesso a condições básicas de vida.

REFERÊNCIAS

- Borges, F. Q. (2007). *Setor elétrico e desenvolvimento no estado do Pará: uma análise estratégica de indicadores de sustentabilidade*. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento) Naea/Ufpa, Belém.
- Borges, F. Q. (2012). Administração pública do setor elétrico: indicadores de sustentabilidade no ambiente residencial do estado do Pará (2001-10). *Rev. Adm. Pública* [online]. vol.46, n.3, pp.737-751.
- Camargo, A. S. G.; Ugaya, C. M. L.; Agudelo, L. P. P. (2004). Proposta de definição de indicadores de sustentabilidade para geração de energia elétrica. *Revista Educação e Tecnologia*, Rio de Janeiro: Cefet/PR/MG/RJ.
- Cavalcante, A. S. (2015) *Atendimento e inclusão: impactos socioambientais da política pública de energia elétrica na construção da sustentabilidade em contexto amazônico*. 2015. 229 f. (Tese de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- Cohen, L. E.; Kluegel, J. R. & Kenneth, L. (1981). Social Inequality and Predatory Criminal Victimization: an exposition and test of a formal theory. *American Sociological Review*. 46 (5): 505.
- Cornescu, V. & Adam, R. (2014). Considerations regarding the role of indicators used in the analysis and assessment of sustainable development in the E.U. *Procedia Economics and Finance*, v. 8, p. 10-16.
- Dagnino, R.; Cavalcanti, P. A. & Costa, G. (2016). *Gestão estratégica pública*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Leal, L. B. B. & Alva, J. C. R. (2018). Políticas públicas de acesso à energia elétrica, como ferramenta na efetividade dos direitos fundamentais. Anais - 21ª Semoc, Salvador, 22 a 26 de outubro.
- Pena, R. F. A. (2021). *Sociologia: desigualdade social*. <https://www.preparaenem.com/sociologia/desigualdade-social.htm> Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.
- Pereira, J. M. (2018). *Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais*. São Paulo: Atlas.

- Saidi, K.; Rahman, M. M. & Amamri, M. (2017). The causal nexus between economic growth and energy consumption: New evidence from global panel of 53 countries. *Sustainable Cities and Society*, [s. l.], v. 33, p. 45-56.
- Souza, M. T. de; Silva, M. D. da & Carvalho, S. R. de. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*. São Paulo. 1/mar, 8(1):102-6.
- Reis, L. B.; Fadigas, E. A. A. & Carvalho, C. E. (2012). *Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável*. Barueri-SP: Manole.
- Sawaia, B. B. & Figueiredo, E. B. G. (2019). Psicologia social e o estudo da desigualdade: reflexões para o debate. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 659-670, ago.
- Social Exclusion Knowledge Network [SEKN]. (2007). *Understanding and tackling social exclusion*. Final Report of the Social Exclusion Knowledge Network of the Commission on Social Determinants of Health. Genebra, World Health Organization.
- Tomazi, N. D. (1993). *Iniciação a Sociologia*. São Paulo: Atual.
- Zhour, A. & Oliveira, R. (2007). Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. *Ambient. soc.* Vol.10 no.2 Campinas July/Dec.